

Pedro de Almeida Vasconcelos

Professor titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor da Universidade Católica do Salvador (UCSal)
pavascon@uol.com.br

O conceito de território na Geografia

Resumo

O texto é dividido em duas partes, além da Introdução e das Conclusões. A primeira parte, mais curta, trata dos principais conceitos da Geografia a partir de alguns autores escolhidos, dando destaque para o conceito de território. A segunda parte trata das mudanças e dos desdobramentos do conceito de território na nossa disciplina na longa duração, no período de 1802 a 2022.

Palavras-chave: conceito, território, geografia.

Résumé

LE CONCEPT DE TERRITOIRE EN GEOGRAPHIE

Le texte est divisé en deux parties, en plus de l'introduction et des conclusions. La première partie, plus courte, aborde les principaux concepts de la géographie à partir de quelques auteurs choisis, en mettant en avant la notion de territoire. La deuxième partie traite des changements et des déploiements du concept de territoire dans notre discipline sur le long terme, dans la période de 1802 à 2022.

Mots-clés: concept, territoire, géographie

1. Introdução

Esse texto, sobre o conceito de território na Geografia, se inicia com a discussão sobre os principais conceitos da disciplina e suas mudanças ao

longo do tempo. A parte principal, porém, é sobre a utilização do conceito de território por autores (e textos selecionados) ao longo do tempo, tendo dado prioridade aos autores mais antigos, menos conhecidos, diante da difusão atual de uma importante literatura sobre o conceito. Deve ser também observado que, inicialmente, não havia precisão entre os diferentes termos utilizados pelos autores. Outra questão é o desdobramento do conceito de território nas publicações mais recentes. Um alerta é dado pelo uso impreciso de algumas traduções.

2. Os principais conceitos na Geografia¹

Na Geografia, como nas demais ciências sociais, ocorre a mudança de sentido, assim como da hegemonia de um conceito ao longo do tempo, havendo também a substituição ou o abandono de determinados conceitos, ou sua recuperação: como exemplo temos a dominância dos conceitos de paisagem e de região na denominada Geografia Clássica, sendo substituídos pelo conceito de espaço na Geografia Teórico-Quantitativa. Mais recentemente, o destaque passou para os conceitos de lugar e de território, tanto na Geografia Cultural como na denominada Geografia Crítica.

O território, segundo vários autores, está quase sempre incluído entre os mais importantes conceitos da Geografia, em conjunto com os conceitos de espaço, lugar, paisagem, região etc. Como exemplos, na Geografia francesa, no dicionário *Les Mots de la Géographie*, editado por Brunet; Ferras; Théry, estão listados 14 conceitos fundamentais da geografia, que seriam os seguintes: 1. o espaço; 2. o lugar; 3. o território; 4. a rede; 5. a situação; 6. o campo; 7. a interação espacial; a gravitação; 9. a distância; 10. a extensão; 11. o recurso; 12. o meio; 13. a cidade; e 14. a paisagem (1993, p. 120).

Na Geografia brasileira, Roberto Lobato Corrêa restringiu a cinco os conceitos-chave da disciplina: 1. a paisagem; 2. a região; 3. o espaço; 4. o lugar; e 5. o território (1995, p. 16), seguindo a dominância de cada um ao longo do tempo.

O livro *Concepts in Human Geography*, editado pelos geógrafos estadunidenses Earle, Mathewson e Kenzer, em 1996, não traz, nos seus 16

conceitos selecionados pelos editores, o conceito de território (!), sendo o primeiro conceito discutido o de “*Space*” e o conceito de “*Region*” comentado no sétimo capítulo juntamente com “*Senses of Place*”.

Milton Santos, em sua obra magna de 1996, a *Natureza do Espaço*, fez a distinção entre as categorias analíticas internas do espaço, que seriam: 1. a paisagem; **2. a configuração territorial**; 3. a divisão territorial do trabalho; 4. o espaço produzido ou produtivo; 5. as rugosidades; e 6. as formas-conteúdo. Quanto aos recortes espaciais, eles seriam: 1. a região e o lugar; 2. as redes; e 3. as escalas (p. 18-19). Deve ser destacado que, especificamente, o conceito de território não foi incluído.

Num trabalho sobre a epistemologia da Geografia, os geógrafos franceses Bailly e Ferras (1997, p. 114-122) também propuseram cinco conceitos e definições fundamentais da Geografia: 1. o espaço; 2. o meio e o meio ambiente; 3. a paisagem; 4. a região; e **5. o território**.

Outro geógrafo francês, Paul Claval, no título de capítulo publicado em 1997, destacou alguns conceitos de base da disciplina, quais sejam, (1) o espaço, (2) o meio, (3) a região e a (3) paisagem. Deve ser salientado que o conceito de “território” também não foi incluído e que a ordem de apresentação dos conceitos pode ser uma indicação da importância deles.

O colega Rogério Haesbaert também procurou sistematizar seis conceitos básicos da Geografia, mudando a ordem de apresentação deles: **1. o território**; 2. a rede; 3. o lugar; 4. a paisagem; 5. a região; e 6. o meio ambiente (2002, p. 142). É interessante observar que o autor não colocou o “espaço” entre os conceitos básicos, certamente considerando-o como a principal categoria da Geografia.

Outro livro que trata dos conceitos-chave, porém da Geografia urbana, é *Key Concepts in Urban Geography*, organizado pelos geógrafos britânicos Latham, McCormack, McNamara e McNeil em 2009. Entre os 20 conceitos discutidos não foi incluído o de território (!), assim como nenhum dos reconhecidos como principais conceitos da nossa disciplina, como o de espaço, que aparece apenas como adjetivo em “*Public Space*”, o que mostra as especificadas da Geografia anglo-saxã.

O colega Marcelo Lopes de Souza ampliou a discussão conceitual em seu livro *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, publicado em 2013. Os conceitos (e temas) foram apresentados seguindo a ordem

dos capítulos: 1. Espaço geográfico; 2. Paisagem; 3. Substrato espacial material; 4. **Território** e (des)territorialização; 5. Lugar e (re[s]significação espacial); 6. Região, bairro e setor geográfico; 7. Redes; 8. Escala geográfica; 9. “Termos nativos”; 10. Práticas espaciais e 11. Desenvolvimento sócio-espacial.

O conceito de território, portanto, nem sempre foi considerado entre os mais importantes em nossa disciplina, embora, ultimamente, tenha adquirido maior relevância.

3. A evolução do conceito de território na Geografia

A palavra território vem do latim *territorium*, *terra* + *torium*, que teria dois significados: “pertencendo a” ou “em torno”, conforme Gottmann (1973, p. 16).

Esta seção trata da evolução do conceito de território na Geografia a partir dos textos de autores clássicos, seguidos por autores mais recentes, com destaque para os colegas brasileiros. Os clássicos aparecerão por ordem de nascimento do autor e os mais recentes pela data da publicação.

O filósofo Immanuel Kant [1724-1804] deu cursos sobre a *Géographie Physique*, cujas notas, tomadas por seus alunos, foram editadas por Th. Rink em 1802, e traduzida para o francês. Encontramos, em sua Introdução, sua proposta da diferença entre a “*História*”, que seria “*uma narrativa*” e uma “*descrição segundo o tempo*”, e a “*Geografia*”, que seria uma “*descrição segundo o espaço*” (p. 69)². Além do filósofo dar importância às duas disciplinas, o conceito de espaço já aparece como o mais importante para esse filósofo que se dedicou ao ensino da Geografia.

Quanto a Conrad Malte-Brun (1755-1826), geógrafo dinamarquês, publicou oito volumes do *Précis de la Géographie Universelle* entre 1810 e 1829. Nessa vasta obra não aparecem conceitos dominantes. Encontramos frases como “*Forças do Estado. Valor do território (e de suas produções)*”, seguida por “*Relação entre a população e a extensão do território*” (1810, II, p. 601 e 603)³. Quando tratou das Divisões naturais da Ásia, elas seriam regiões como “1. **Região do Cáucaso** [...]” (1811, III, p. 27). Quando ele comentou a Índia aparece a menção de “*Muito grande extensão do território*”

(1813, IV, p. 159). Nos volumes sobre a Europa, foi destacado um “*Quadro das Regiões físicas da Europa*” (1826, VI, p. 67). A Península hispânica foi tratada como “*esta vasta ‘contrée’*” (1819, VIII, p. 1-2); a França foi dividida “*em cinco regiões*” (p. 225 e 855), enquanto as Províncias holandesas apareceram como “*divisões territoriais*” (p. 820) e ainda foi mencionado o “*território de Antuérpia*” (p. 818)⁴. Fica a impressão de que são ainda noções e que foram utilizadas como sinônimos.

Já Alexander von Humboldt, [1769-1859], considerado o “Pai da Geografia Física”, deu maior destaque em seus textos ao conceito de **natureza**, como pode ser observado no título do seu livro *Quadro da Natureza*, editado em 1808. Em sua principal obra, *Cosmos*, publicada entre 1845 e 1847, e traduzida para o francês no ano de 1866, o conceito de natureza continuou sendo o principal, mas apareceram outros conceitos em alguns capítulos, como o “*Influência da pintura da paisagem sobre o estudo da Natureza*” (II, p. 85); ou “*Encontramos [...] no interior da Índia uma vasta extensão de território habitado por populações [...]*” (II, p. 193); ou ainda “*O período das descobertas nos espaços terrestres [...]*” (II, p. 347)⁵. Encontramos, portanto, neste autor erudito, importantes conceitos da nossa disciplina, embora o estudo tenha sido voltado para a descrição física do Mundo.

Carl Ritter (1779-1859) teve sua principal obra, publicada em 1818, traduzida para o francês como *Introduction a la Géographie Générale comparée*. Neste texto que foi voltado à Geografia Geral, encontramos a utilização do conceito de natureza na frase: “[...] o ponto de vista humano [...] afeta a relação da **natureza** à história, da pátria ao povo e sobretudo do indivíduo ao universo” (1974, p. 41)⁶. Em uma comunicação à Academia Real de Ciência de Berlim, realizada em 1833, encontramos a frase: “*As ciências geográficas tratam essencialmente do espaço, na medida que em que se trata de espaço terrestre*” (p. 132)⁷. O geógrafo alemão contrapôs a natureza à História, diferentemente de Kant, e o conceito de espaço vem em conjunto com o adjetivo “terrestre”.

Elisée Reclus (1830-1905) publicou a sua *Nouvelle géographie universelle; la terre et les hommes*, em 19 volumes (1876-1894). No último volume, que tratou da América do Sul, ele escreveu “*A Guiana é um país de transição [...]*” (1894, p. 37). Quanto ao Brasil, ele comentou a “*possessão de um território*” (p. 97); destacando, a seguir, “*o Brasil entre os países com civilização europeia*”

(p. 172); e, mais importante: “o Brasil se divide naturalmente em grandes **regiões distintas**”⁸, quando então ele propôs dividir o país em oito partes, destacando as bacias hidrográficas e o relevo de cada uma⁹. Quando descreveu a 4ª divisão, escreveu “[...] a metade desta vasta **região** [...]” (p. 251); sobre a 6ª divisão, mencionou uma “[...] **região natural**” (p. 335); e apresentou um mapa do “**Território disputado entre o Brasil et a Argentina**” (p. 359). Finalmente, sobre a 8ª divisão, ele a denominou “**Região du Matto Grosso**”¹⁰.

No seu último livro *L Homme et la Terre*, publicado em 1905, Reclus informou, no Prefácio, que pretendeu “*estudar o Homem na sucessão das idades como eu tinha observado nas diversas ‘contrées’ do globo [...]*”¹¹, na gigantesca obra anterior. O primeiro livro é intitulado “Os ancestrais”; o 2º “História antiga”; o 3º “História moderna” e o 4º “História contemporânea”¹². De recortes espaciais Reclus passou para um recorte temporal.

O geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) teve parte do seu livro *Antropogeographie* (1878-1891) traduzido para o português a partir da tradução italiana, o que duplica os riscos. Na referida tradução encontramos frases como essas: “Um **território** fechado em si mesmo [...]” (MORAES, 1990, p. 59); “Poucas idéias têm um caráter tão **territorial** quanto as idéias religiosas” (p. 69); “Que o **território** seja necessário à existência de um Estado é coisa óbvia” (p. 73). Esses exemplos seriam suficientes para confirmar o uso do conceito de território por Ratzel, mas ficam dependendo da confiança da precisão conceitual na dupla tradução¹³.

No seu livro *La Géographie politique. Les concepts fondamentaux*, de 1897, traduzido para o francês, Ratzel escreveu “O Estado: organização política do solo” (1987, p. 61), e reforçou a seguir: “A única base da unidade do Estado é o **solo**” (p. 65). No capítulo 2º o autor tratou “O desenvolvimento da política territorial”, considerando sinônimos a “**política territorial ou geográfica**” (p. 75). No capítulo 7º tratou do “**Território estatal e território natural. Divisão e estrutura**” (p. 105), quando afirmou que “O desenvolvimento de um **Estado** é sua realização em um quadro geográfico dado”, e, em seguida “Um estado dotado de uma natureza particular pelo **território** em que está inserido [...]” (p. 107). Finalmente, o autor definiu que a Geografia Política “*estuda a repartição política dos **espaços** em cada período da História [...]*” (p. 146)¹⁴. Aqui também podemos ter problemas de tradução: o perigo da mudança do sentido de um conceito para o outro em duas línguas diferentes.

Importantes e representativos textos escolhidos de Paul Vidal de la Blache (1845-1918) foram publicados em português no livro *Vidal, Vidais*, organizado pelos colegas Rogério Haesbaert, Sérgio Nunes Pereira e Guilherme Ribeiro (2012). Alguns textos podem indicar os principais conceitos utilizados pelo geógrafo francês: “*Les divisions fondamentales du sol français*” (1888) (p. 201), que foi traduzido por “As divisões fundamentais do território francês” (p. 203)¹⁵; “*Da interpretação geográfica das paisagens*” (1908); “*Regiões francesas*” (1910); “*A relatividade das divisões regionais*” (1911); e “*Os gêneros de vida na Geografia Humana [...]*” (1911)¹⁶. No Prefácio de publicação anterior, “*Atlas général Vidal-Lablache. Histoire et Géographie*” (1895) a palavra utilizada foi “*contrée*”, tendo sido traduzida por “região”, mas sempre seguida pela palavra original entre chaves (p. 42).

No livro *Tableau de la géographie de la France* publicado em 1903 por Lablache, o conceito de território aparece ao lado de noções equivalentes nos exemplos seguintes: “*A história de um povo é inseparável da ‘contrée’ que ele habita*”; “*As relações entre o solo e o homem [...]*” (p. 15); “[...] *sobre este território que chamamos a França*” (p. 19); “[...] *elevado ao estado de ‘contrée’ política [...]*” (p. 21); “*A Beauce como tipo de país geográfico. A Beauce não é, portanto, uma circunscrição territorial*” (p. 221); “*O conjunto da região renana*” (p. 274)¹⁷. Esses exemplos podem confirmar que ainda não havia uma noção ou conceito dominante nos inícios do século XX.

Mesmo em uma das últimas publicações, *La France de l’Est (Lorraine-Alsace)* (1917), o capítulo 1º é intitulado “*La contrée*”, não tendo o autor utilizado o conceito de região. É importante observar que o autor, em seus textos ao longo de quase 30 anos, tenha utilizado tanto “*contrée*” como “*région*” embora este último conceito apareça nos seus textos, sobretudo, no plural.

O geógrafo Jean Gottmann (1915-1994), de geração posterior, publicou em 1973 um livro inteiro dedicado ao conceito de território: *The Significance of Territory*. Ele informou que o conceito vem do latim *Territorium*, com a junção das palavras *Terra* (“Terra” ou “terra”) + *torium* (“pertencendo à”) ou (“em torno da”) (p. 16). O autor também definiu inicialmente o conceito de “*Territory*”: “*Para o geógrafo, ele é a porção do espaço fechado por linhas de fronteira [...]*” (p. ix). Ele também considerou “*Territory*” “*como uma porção do espaço definido por um sistema de leis e uma Unidade de governo*”¹⁸.

Deve ser destacado que o autor comentou o livro *Politische Geographie* publicado por Ratzel em 1897, informando as três principais características dos Estados do ponto de vista geográfico: “*um espaço ou território* (Raum), *a localização* (Lage), e [...] o ‘*senso do espaço*’ (Raumsinn) (p. 105)¹⁹. O livro de Gottmann é importante por ser um dos primeiros na Geografia a tratar inteiramente da discussão conceitual de território. Por outro lado, o autor ainda estava vinculado aos temas tratados por Ratzel no final do século anterior, dando destaque às transformações ocorridas nas fronteiras dos territórios estatais, com ênfase no continente europeu através de uma série de mapas.

Para o exame das abordagens do conceito de território na produção de Milton Santos (1926-2001), partimos dos comentários sobre as diferentes definições conceituais realizadas pelo autor ao longo do tempo, a partir do meu livro sobre o autor publicado em 2020.

O conceito de **território** foi visto inicialmente pelo autor em relação ao Estado como “*imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força*” (1978, p. 189). Em 1985 o território seria “*formado por frações funcionais diversas*” (p. 72). Em seguida, em 1987, ele foi definido “*como um conjunto de lugares*” (p. 121). Em 1994 os territórios foram desdobrados em lugares contíguos e lugares em rede (1994, p. 16)²⁰. No livro conjunto com Maria Laura Silveira, de 2001, o território passou a ser definido como “*extensão apropriada e usada*” (2001, p. 19) e, em entrevista publicada em 2002, ele foi considerado como “*a construção sobre a base material sobre a qual a sociedade produz sua própria história*” (p. 70).

No capítulo “O retorno do território”, de livro de 1994, Milton Santos introduziu a noção de **território usado** como “*sinônimo de espaço humano e espaço habitado*” (1994, p. 16). O uso do território pelos agentes hegemônicos foi comentado no livro de 1996 (p. 237). O território usado seria “*uma estrutura dotada de movimento próprio*” (2000a, p. 87) e incluiria os atores (2000b, p. 26). No livro conjunto de 2001, aparece como **território utilizado**, que deveria levar em conta a “*materialidade, que inclui a natureza e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política*” (2001, p. 247)²¹.

A noção de **configuração territorial**, mais ampla, foi definida anteriormente como “*o território e mais o conjunto de objetos sobre ele*” (1988, p. 75) e ela “[...] é sempre um sistema, ou melhor, uma totalidade, ainda que

inerte" (p. 76). Em texto publicado em 1994, foi definida como "a soma de pedaços das realizações atuais e realizações do passado" (p. 69) e, em 1996, o autor precisou que "A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem da materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima" (p. 51) e a definiu como "conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área" (p. 83).

Finalmente, em entrevista publicada em 2000, o autor fez a importante afirmação "eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território [...]. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles" (p. 26). Uma importante divergência com os demais autores tratados.

O geógrafo suíço Claude Raffestin lançou em 1980 o importante livro *Pour une géographie du pouvoir*, totalizando 269 páginas na tradução para o português, 80 das quais dedicadas ao "O território e o poder". O autor teve o objetivo de ultrapassar a Geografia política clássica, que "é na verdade uma geografia do Estado", propondo "uma problemática relacional, na qual o poder é a chave". Comentando Ratzel, informou que ele "partiu da idéia de que existia uma estreita ligação entre o **solo** e o Estado" (1993, p. 13). Por outro lado, ele destacou que o **território** seria um "produto dos atores sociais" (p. 7), e as relações de poder "se traduzem por malhas, redes e centralidades" (p. 8). Uma "rede é um sistema de linhas que desenham tramas" (p. 156). Ele também afirmou que "O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas" (p. 58), que a desterritorialização seria da mão de obra (p. 93) e que a "[...] população empregada [...] é territorializada" (p. 94), aparecendo aqui um primeiro desdobramento do conceito de território. Quando ele tratou especificamente do território afirmou que:

[...] o **espaço** é anterior ao território. O **território** se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (um ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, (por exemplo pela representação), o ator "**territorializa**" o espaço (p. 143).

O autor também separou os Sistemas de objetivos e de ações, conhecimentos e práticas, que seriam: Econômicos, Políticos, Sociais, Culturais, enquanto os Elementos do espaço seriam: a Superfície, os Pontos, as Linhas, tendo afirmado também que "[...] o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes" (p. 152); enquanto que "a

territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca da produção, troca e do consumo das coisas” (p. 161), dando como exemplo a relação Itália-Sicília que “é a história do choque de duas territorialidades contraditórias”. Uma das suas conclusões foi a afirmação de que “[...] toda relação está sempre marcada pelo poder” (p. 267). Raffestin, quando tratou do Estado, teve como referência principal Lefebvre, e, quando tratou do poder, referiu-se a Foucault, nessa obra que teve muita repercussão, e, a partir dela, a discussão do poder passou a ter uma centralidade em nossa disciplina.

Uma importante contribuição da Geografia Cultural à discussão do conceito de território foi o texto de 1981, “Viagem em torno do território”, do geógrafo francês Joël Bonnemaison (1940-1997). O autor trata inicialmente do “Campo cultural” citando vários geógrafos como Buttimer, Frémont e Gallais, Em seguida introduz a discussão da “Etnia e o grupo cultural”. O autor propõe um “**espaço-território**”, lembrando que a “**territorialidade** emana da etnia, no sentido de que ela é [...] a relação culturalmente vivida entre o grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial [...] um **território**” (2002, p. 96-97). Em seguida passa a tratar de “Território e territorialidade”, quando afirma que “um **território** é um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários” (p. 99) e a “**territorialidade** é compreendida muito mais pela relação social e cultural que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território [...]” (p. 99-100). Passa, em seguida “Para uma análise geocultural”, quando propõe que “É pela existência de uma cultura que se cria um território [...]” (p. 101), e “O **território** é, ao mesmo tempo, ‘espaço social’ e ‘espaço cultural’ (p. 103), e, ainda, “O espaço social é produzido; o espaço cultural é vivenciado” (p. 104). Também destaca que “a cultura não organiza o espaço, mas o penetra”, sendo “Sede terrestre da visão de mundo, o **território** se torna o objeto da abordagem cultural” (p. 105). Para o autor, no “Espaço vivido [...] o **território** se constrói, ao mesmo tempo, como um sistema e um símbolo” (p. 106), enquanto “a **territorialidade** é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba [...] a relação com o território e [...], a relação com o espaço ‘estrangeiro’” e sua análise “se apoia sobre uma relação interna e sobre a uma relação externa”. Faz então o alerta que “**Desterritorializar** uma etnia é a melhor maneira de vê-la desaparecer” (p. 107). Quando trata do “Espaço-símbolo”, ele propõe

que o **espaço** seria uma construção em três níveis: o espaço estrutural ou objetivo, ou das estruturas geográficas; o espaço subjetivo ou vivido; e o espaço cultural, que seria “o lugar de uma escritura geossimbólica” (p. 109 e 117). Afirma também que “a **cultura** engloba o vivido, ao mesmo tempo que o transcende” pois “ela nasce da sensibilidade e da busca de significações” (p. 110). Nesta parte o autor trata de diferentes diásporas. No item “Do ‘terroir’ ao território” o autor comenta suas experiências de pesquisa em Madagascar e na Oceania, quando afirma que “[...] por meio de sua territorialidade, um povo exprime sua concepção do mundo, sua organização, suas hierarquias e funções sociais” (p. 124). O autor conclui com “O espaço, a região, o território”. Inicia lembrando que “O conceito de **espaço geográfico** é [...] um conceito lógico” (p. 125) e faz um contraponto: “Enquanto o espaço tende à uniformidade e ao nivelamento, o **território** lembra as idéias de diferença, de etnia e de identidade cultural” e continua: “o território é, primeiramente, uma maneira de viver com os outros” e “[...] é antes de tudo uma convivialidade” (p. 126). Lembra também que as ideias de etnia e território seriam mais pertinentes “nas sociedades tradicionais e ‘primitivas’”, do que nas sociedades urbanas ou industriais, quando compara: “Espaço e território têm conotações [...] inversas e complementares. Os territórios têm necessidade de uma certa profundidade espacial para se constituírem em pólos e criarem em torno de si uma área de segurança [...]. Mas, inversamente, o espaço não cria a identidade [...]” (p. 127-128). Afirma ainda que o **território** “é essencialmente o lugar de mediação entre os homens e sua cultura” (p. 128) e “é também o lugar de uma alteridade consentida”. Conclui então que “[...] espaço e território não podem ser dissociados: o espaço é errância, e o território é enraizamento. O **território** tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão sem os quais ele não pode existir; o **espaço** tem necessidade de território para se tornar humano” (p. 128), e, finalmente, “Entre o espaço-estrutura [...] e o território, lugar vivido e de cultura, a **região** é [...] o sistema de regulação onde eles se integram em níveis diferentes” (p. 129). A contribuição da Geografia Cultural a partir da ótica de Bonnemaïson, enriquece, em muito, o debate sobre o conceito de território, que majoritariamente é visto sob a perspectiva do poder.

Em seu livro *Human Territoriality. Its theory and history*, publicado em 1986, Robert David Sack foi um dos principais geógrafos a tratar do conceito de território e seus derivados. Para o autor, “**Territórios**” (no plural)

“são formas socialmente construídas de relações espaciais e seus efeitos dependem de quem controla quem e para que propósito”. (p. 216) e “Territórios exigem esforço constante para estabelecer e manter” (p. 19). Já “**territorialidade**” aparece com quatro definições ao longo do livro: (1) “Territorialidade será definida como a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e afirmando controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada de o território” (p. 19); (2) “Territorialidade é uma estratégia para estabelecer diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações” (p. 20); (3) “Territorialidade é a principal forma espacial que o poder assume” (p. 26) e (4) “A Territorialidade deve fornecer uma forma de classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de imposição e controle” (p. 28)²². Podemos destacar a utilização das palavras controle, poder e relações sociais, e também que Sack não se limita ao papel do Estado.

Entre os geógrafos brasileiros da nova geração destaca-se Marcelo Lopes de Souza por sua preocupação em discutir conceitos nos seus textos. Já em 1995, em capítulo publicado com o título de “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”, ele propôs uma primeira definição: “O **território** [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder” (p. 78). Também o território foi visto pelo autor como “um campo de forças, numa teia ou rede de relações sociais que [...] define [...] um limite, uma alteridade e a diferença entre ‘nós’ e os ‘outros’” (p. 86). O autor destacou também os “**territórios-enclaves**”, que seriam as favelas (p. 91), e o “**território-rede**”, que, neste caso, seria descontínuo (p. 93). Quanto às territorialidades, o autor ampliou a discussão para as “**territorialidades flexíveis**”, dando, como exemplo, os “territórios da prostituição” (p. 87). A definição do conceito de território por este autor é uma das mais citadas entre os trabalhos acadêmicos no Brasil

Rogério Haesbaert é, certamente, o geógrafo brasileiro que mais tem discutido o conceito de território e seus derivados. Ele também escreveu em 1995 o capítulo “Desterritorialização: entre as redes e aglomerados de exclusão”. Nesse capítulo, o processo de “**territorialização**” aparece tendo como dimensões sociais fundamentais a política e a cultura; e como dimensões espaciais [horizontal]: a área, a superfície, o limite/a fronteira e o território²³; enquanto a “**desterritorialização**” teria como dimensões

sociais fundamentais a econômica e a política. Quanto às dimensões/elementos espaciais [vertical]: seriam pontos e linhas, polos e fluxos; limiar/hierarquia e rede (p. 173)²⁴. Em seguida o autor fez o contraponto entre **Desterritorialização**, que “*quantifica, massifica (na rede: desigualdade/hierarquia extroversão, desenraizamento)*”, dando como o exemplo o aglomerado “*massa/subclasse (deslocados e desclassificados)*” e **(Re)territorialização** que “*qualifica, distingue (diferença/alteridade) introversão, enraizamento*”, dando como exemplos o “*território, a comunidade, a ‘tribo’ e a nação*”. O exemplo de Rede (indivíduo, classe) estaria vinculado aos dois processos (p. 199). Tanto o título do capítulo como a extensão da discussão demonstram a prioridade dada pelo autor ao processo de desterritorialização.

O geógrafo francês Guy Di Meo, em paralelo aos dois autores brasileiros citados, organizou em 1996 o livro *Les territoires du quotidien*, com a contribuição de mais seis autores. Os textos estão voltados, no livro, à diferentes escalas: “*da área de moradia, da microregião rural até o espaço regional do Pays de l’Adour*” (p. 13)²⁵, ou seja, textos voltados para a aplicação do conceito na região dos Pirineus Ocidentais. De fato, os “**territórios do cotidiano**” seriam “*uma abordagem da geografia social*” (p, 49)²⁶, trabalhada no livro seguinte.

Em 1998, o referido geógrafo publicou o livro *Géographie Sociale et territoires*. Inicialmente ele destacou que o conceito de “**território**” [...] “*reúne as duas noções de espaço social e de espaço vivido*”²⁷, e ele adicionou quatro significações do conceito:

- (1) *Ele descreve [...] a inserção de cada sujeito em um grupo (a identidade coletiva);*
- (2) *O território traduz um modo de divisão e controle do espaço [...] (dimensão política);*
- (3) *Ele constitui [...] um notável campo simbólico”;* e
- (4) *A importância dos longos períodos de tempo, da história em termos de construção simbólica dos territórios* (p. 38-39)²⁸.

Em seguida o autor propôs o conceito de “**Território multidimensional**”²⁹ que teria três ordens distintas: “(1) *na ordem da materialidade, da realidade concreta desta terra [...];* (2) *da psique individual;* e (3) *da ordem das representações coletivas, sociais e culturais*” (p. 39)³⁰. Aqui deve ser destacado, apesar de Di Meo tratar da Geografia Social, o reconhecimento da materialidade e da realidade concreta da terra, quando ele tratou do conceito de território.

No livro *Territórios Alternativos*, publicado em 2002, Rogério Haesbaert retomou os conceitos, embora considerando território o “*conceito mais difundido na Geografia*” (p. 130). Mais uma vez, deu maior importância ao processo de desterritorialização. O conceito de **território**, “*enquanto espaços concreta e/ou simbolicamente dominados/apropriados* [...]” (p. 149), também diverge do colega Marcelo Lopes de Souza. Quanto ao processo de **territorialização**, este seria “[...] *o conjunto das múltiplas formas da construção/apropriação [...] do espaço social* [...]” (p. 45); e o processo de **desterritorialização** aparece com mais detalhe, com quatro perspectivas: (1) “[...] *como sinônimo de deslocalização* [...]”; (2) como a “[...] *a superação do constrangimento da ‘distância’* [...]”; (3) “[...] *como domínio da imaterialidade* [...]”; (4) como “[...] *esvaziamento das fronteiras (num sentido político disciplinar)* [...]”; e (5) como “[...] *uma leitura do território como fonte de identificação cultural* [...]” (p. 130-131). Finalmente, **reterritorialização** seria um processo “[...] *de construção de novos territórios*” (p. 118).

Já no seu livro *O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, publicado por Rogério Haesbaert em 2004, os conceitos se tornam mais claros, embora o processo de desterritorialização também continue sendo destacado no título. O mito da desterritorialização é definido como “*o mito dos que imaginam poder viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade* [...]” (p. 16). Quanto aos conceitos, o de **território** é definido “[...] *no seu sentido amplo de dominação e apropriação do espaço* [...]” (p. 172)³¹; já a **territorialidade** seria uma “*qualidade de ser território*” ou como uma “[...] *dimensão simbólica do território*” (p. 74); enquanto o processo de **territorialização** é definido como “[...] *o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos*” (p. 16). Por outro lado, o processo de **desterritorialização**, é visto como “[...] *saída do território*” (p. 99), quando cita os filósofos G. Deleuze e F. Guattari, assim como “[...] *é o movimento pelo qual se abandona o território*” (p. 127); e o processo de **reterritorialização** também parte da citação dos dois filósofos, como “[...] *o movimento de construção do território*” (p. 127). Finalmente, a **multiterritorialidade** seria uma “*nova forma de territorialização*” (p. 32), uma “[...] *reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não hierárquicas*” (p. 343), com referência, mais uma vez, aos filósofos franceses. Esse livro, bem

mais volumoso que os anteriores, traz, porém, uma maior influência dos filósofos franceses, cuja utilização dos conceitos, extrapolam, várias vezes, as questões espaciais³².

O livro *Abordagens e concepções de território*, publicado em 2007, de Marcos Aurelio Saquet é o resultado do pós-doutorado realizado no ano anterior, que trouxe para o Brasil o rico debate sobre o conceito de território realizado na Itália, pelos geógrafos e demais cientistas sociais. Logo na Introdução o autor comentou quatro ênfases, quatro tendências e, sobretudo, três matrizes ou escalas sobre o território, sendo a primeira de língua inglesa; a segunda de língua francesa, que teve maior influência no Brasil, e a terceira de língua italiana. O autor, porém, extrapolou a contribuição italiana, comentando autores como F. Ratzel a partir das traduções do português e do italiano. Quanto aos pioneiros no debate dos anos 1950-1960, foram destacados J. Gottmann, J. Dematteis, M. Quaini e C. Raffestin (p. 37). Em relação aos anos 1970, o autor comentou os filósofos G. Deleuze e F. Guattari, e lembrou a centralidade do “desejo” na abordagem desses autores (p. 57). Também foi destacada a materialidade do território em autores como J. Dematteis, M. Quaini e C. Raffestin (p. 60). Em seguida destacou a contribuição desses autores, assim como a de R. Sack, na expansão da abordagem, com as definições de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) de C. Raffestin (p. 78), ao tempo que deu relevância aos textos pioneiros publicados no Brasil por L. Goldenstein e M. Seabra e B. Becker. A expansão das abordagens territoriais nos anos 1990 abre para outros conceitos como os de regionalização, redes e lugares, assim como o debate sobre a natureza e o desenvolvimento local. Comentou, a seguir, três autores brasileiros, de três gerações: Milton Santos, Rogério Haesbaert e o próprio Marcos Saquet, quando propôs sua definição de **território** que “*é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais) historicamente determinadas*” (p. 127), enquanto que a **territorialidade** “*significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente*” (p. 129). Em seguida passou a discutir a paisagem, seguida pela identidade. O livro foi concluído com uma proposta de abordagem territorial (i)material,

quando o autor comentou sua condição de “*Ver e compreender o Brasil [...] com um olhar e um método europeu*” (p. 157), embora considerando os elementos basilares do território: “*as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade*” (p. 158), ao tempo em que afirmou “*estamos no território, construímos o território e somos o território, de maneira processual-relacional*” (p. 160). Finalmente, para o autor, o território é também “[...] *multiescalar e multitemporal. Processual-relacional; identidade/ unidade e movimento*” (p. 163) e a “*definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais, e envolve [...] os processos econômicos centrados em seus agentes sociais*” (p. 164). As referências são indicadas em 23 páginas, destacando-se J. Dematteis, com 37 citações, e o próprio M. Saquet, com 26.

Em 2013 foi publicado o livro de Antonio Carlos Robert Moraes (1954-2015), com o título de *Território na Geografia de Milton Santos*. O autor destacou que Milton Santos “*não tinha temor em se reformular e em redefinir seus objetos, seus objetivos, e seu quadro conceitual*” (p. 10). Moraes delineou fases metodológicas na teorização de Milton Santos. Embora tenha afirmado que “*a convivência de posturas metodológicas díspares é uma constante em sua produção*” (p. 13), o autor também escreveu que “*Milton Santos claramente desenvolve uma teoria da geografia, com a explicitação de seus supostos lógicos e com a justificativa de seus procedimentos analíticos*” (p. 11). Segundo Moraes, o conceito de território só teria emergido com grande centralidade na obra do autor no livro de 1987, *O Espaço do cidadão* (p. 59). De fato, o livro vai além da discussão do conceito de território na obra de Milton Santos.

No seu livro *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*, de 2013, Marcelo Lopes de Souza, no capítulo “Território e (des) territorialização”, manteve muitas das definições avançadas no seu capítulo de 1995, como a de **território** como sendo um “*espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder*” (p. 78), adicionando outra definição: “*território [...] é a projeção espacial da relação de poder*” (p. 285). Por outro lado, o autor trouxe uma diferença entre dois conceitos tratados em dois capítulos do livro: “[...] *não se justifica [...] confundir o território com o substrato espacial que serve de referência para qualquer tentativa de territorialização*” e continuou “*Os territórios não são matéria tangível palpável, mas sim ‘campos de força’*” (p. 89)³³. Para o autor o “**substrato espacial material**” seria

“o espaço geográfico na sua materialidade” (p. 63). Finalmente, o processo de “**desterritorialização**” foi visto pelo autor como “*privação de acesso a recursos e riquezas*” (p. 101).

Em livro mais recente, de 2019, *Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política*, Marcelo Lopes de Souza confirma novos interesses pela temática ambiental, embora mantendo a discussão sobre os territórios, inclusive no título do livro. Nesse texto pode ser destacado o primeiro capítulo, intitulado “Ambiente e território, dois conceitos cruciais”, com 61 páginas. O conceito de **território** continua sendo visto como “[...] *uma projeção espacial das relações de poder*” (p. 83), assim como ele “[...] *nos guia para o domínio das relações entre espaço e poder*” (p. 39), e mais importante ainda: “[...] *onde há relações de poder, estas se projetam sobre o espaço formando o território*” (p. 79). Quanto aos processos de **territorialização**, eles seriam “[...] *processos de autoinstituição da sociedade, de criação de imaginários e culturas, de cosmologias, de modos de vida [...]*” (p. 84). Finalmente, “[...] *o termo ‘territorialidade’ [...] consiste em um substantivo que se refere a um determinado modo de projetar poder no espaço [...]*” destacando, em seguida, que “[...] *mesmo em ‘comunidades tradicionais’ e em meio a ‘populações tradicionais’, podem ser constatadas territorialidades que revelam opressão interna*”, dando como exemplo as mulheres indígenas no contexto andino (p. 88-89), embora também haja “[...] *as territorialidades da heteronomia capitalista [...]*” (p. 93). Por outro lado, as territorialidades também “[...] *se desenvolvem em íntima correlação com os ambientes em suas dimensões paisagística [...]* e diretamente material ou tangível [...]” (p. 84), um elo efetuado pelo autor entre os dois conceitos destacados no livro.

No recente livro de Rogério Haesbaert (2021) *Território e descolonialidade*, o debate sobre o território se junta às novas temáticas de giro espacial, giro de(s)colonial e giro multiterritorial, propostas pelo autor, e amplia a discussão para o conjunto da América Latina. Logo no início, Rogério afirmou que “[...] *o conceito de maior difusão e reelaboração no contexto latino-americano, o conceito de território [...]*” (p. 27). Por outro lado, ele adicionou que “[...] *uma das contribuições mais importantes ao debate sobre território em uma abordagem descolonial é aquela que o concebe como ‘corpo-território’ e/ou ‘território-corpo’ [...]*” (p. 56). Quanto ao giro de(s)colonial, “o território importa – **território** em um sentido mais concreto

[...], muitas vezes, moldado de 'baixo para cima', a partir de resistências dos grupos subalternos [...], e acrescentou também que o "território importa [...] especialmente quando se trata de contextos coloniais (ou neocoloniais) [...] como é o caso da 'América Latina' (e Caribe), do [...] Mundo árabe [...], da África subsaariana e do sul da Ásia (em especial o complexo indiano e o Sudeste asiático)" (p. 59). Em relação ao **giro (multi) territorial** na América Latina o autor destacou duas abordagens: "uma mais 'de cima para baixo' [...] políticas estatais [...], estratégias empresariais [...], e outras mais 'de baixo para cima' nas formas de resistência [...] que configuram lutas pelo território a partir da organização de grupos subalternos". Também existiriam "territórios de sacrifício" onde ocorre a "exploração predatória de recursos" (p. 60), assim como o "neoextrativismo" e mesmo o "neoestrativismo progressista" (p. 61). Em seguida o autor fez o importante destaque que "teríamos três grandes leituras possíveis de território. A primeira, o território como categoria da prática [...], no senso comum; [...] uma segunda [...] a do território como categoria normativa [...] 'o que ele deve (ou deveria) ser' [...] políticas territoriais do Estado" e "o território como categoria de análise [...] no debate acadêmico, em que território se transforma em um conceito teórico e metodologicamente elaborado [...]" (p. 131). Nesta parte ele destacou a contribuição de Milton Santos (com "protagonismo territorial") e Carlos Walter Porto Gonçalves (com "protagonismo descolonial") (p. 140). O autor acrescentou que "é de uma **transterritorialidade** que se trata [...] por uma questão de sobrevivência, é necessário viver transitando por diferentes territórios/territorialidades [...]" (p. 159).

Após discutir a passagem do "corpo-território ao território-corpo" (da Terra); o autor comentou quatro "armadilhas (analíticas) do território", já publicadas em 2016: (1) a armadilha do território desistoricizado/naturalizado, com a "[...] desistorização do espaço [...] na passagem [...] para as Geografias ditas 'pós-modernas" (2016, p. 21); (2) a armadilha do território desmaterializado – ou unicamente material, ou seja, "como se o território pudesse ser concebido sem uma base material" (p. 25), quando afirmou "todo território corresponde a uma territorialidade mas nem toda territorialidade corresponde efetivamente a um território" (p. 28); (3) a armadilha do território analítico, sem prática; seria uma "cilada que [...] transforma o território em uma categoria analítica destituída de qualquer interlocução com

seu uso prático" (p. 29); e (4) a armadilha do território do poder [apenas] estatal e como container zonal: seria *"aquela que reduz o território a uma única modalidade de poder a uma única escala geográfica – o poder e a escala estatal"* (p. 32). O autor tratou, a seguir, do conceito de região, da questão dos limites, e descreveu a experiência do Cherán, no México.

O livro foi concluído com "Multi/transteritorialidade por um dever descolonial aberto e plural". O autor diferenciou **multiterritorialidade** (existência de uma multiplicidade de territórios), de **interterritorialidade**, que *"destaca o 'estar' entre ou o viver [...] entre distintos territórios"* e de **transteritorialidade**, que seria a *"passagem entre diferentes territórios/territorialidades"* (p. 336). O autor também lembrou que *"[...] os povos originários [...] têm também entre si, um passado de ameaças e violentas disputas territoriais"* (p. 347). Uma das conclusões é que *"mais até do que controlar um território, precisamos integrarmos territorialmente"* (p. 359)

Finalmente, em 2022, temos o livro engajado de Marcos Aurelio Saquet, intitulado *Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica*, voltado ao *"[...] urgente debate sobre a colonialidade e a descolonialidade [...]"* (p. 7). O autor destacou que uma ciência territorial popular e comunitária (CTPC) *"é uma ciência diferente e contrária ao colonialismo, ao 'modernismo' e ao 'pós-modernismo'"* (p. 15-16), assim como *"uma geografia territorial popular (GTP) raiz ou própria, feita do povo e para ele e preferencialmente, com ele"* (p. 50). Em seguida criticou textos de David Harvey, Boaventura de Souza Santos e Rogério Haesbaert, que *"reproduzem dicotomias e invisibilidades, o eurocentrismo, o urbanocentrismo e o universalismo"* (p. 74). Apenas em um pequeno capítulo com oito páginas com o longo título de "O TERRITÓRIO: Conceito, realidade e categoria da práxis transdimensional, cosmológica, transtemporal e escalar", o autor tratou do conceito de território. Ele comentou os movimentos de espacialização, desespacialização e reespacialização (EDR), em paralelo aos processos de desterritorialização, reterritorialização e territorialização (DRT) (p. 107). Finalmente, para o autor, *"[...] a compreensão do território é social, natural e temporal, pluridimensional, teórico-prática e contra-hegemônica; é relacional e sentipensante, científica e popular [...]"* (p. 111).

4. Conclusões

O conceito de território foi recuperado da geografia clássica, adquirindo novos conteúdos, tanto na Geografia crítica, quanto nas correntes fenomenológicas da disciplina. Aparecem como derivados as noções de configuração territorial e divisão territorial.

Alguns conceitos foram trocados, como o de região pelo de território, como no caso do uso atual de “territórios de identidade”, originários de estudos sobre políticas agrárias.

A importância da noção do território pode ser mensurada pelo aumento dos textos sobre o conceito tanto na literatura internacional como na Geografia brasileira, com destaque para Haesbaert (1995; 2002; 2004; 2021), Souza (1995; 2013; 2019), e Saquet (2007; 2022). Por outro lado, detectamos novos interesses de Rogério Haesbaert com a temática da colonialidade; um afastamento da temática por Marcelo Lopes de Souza, em direção às questões ambientais, com livro com o título “Ambiente” antes de “Território”; e uma posição mais radical de Saquet, que tratou o território em um pequeno capítulo do seu livro de 2022.

Outra questão que deve ser destacada é a diferença entre as línguas e o perigo do uso de textos traduzidos. É muito comum a troca de títulos de livros após a tradução. Como exemplo, o livro *Urban and Regional Planning*, publicado por Peter Hall em 1975, foi traduzido para o castelhano como *Modelos de Análisis Territorial* (!).

Foi comentado a tradução de “**sol**” por “território” no texto de Vidal de la Blache de 1888, assim como no Prefácio ao Atlas de Vidal de La Blache (1894), a palavra “**contrée**”³⁴ foi traduzida por região, embora sempre colocada entre chaves (2012, p. 42).

Marcelo Lopes de Souza, que fez seu doutorado na Alemanha, destacou, em seu livro de 2013, que em Ratzel, no *Politische Geographie*, o “*vocábulo que ele mais emprega era [...] “**solo**” (boden, em alemão) e não território (territorium)*” (p. 98)³⁵.

Podemos nos perguntar se o novo debate sobre colonialidade diminuirá a importância do conceito de território na nossa disciplina? Destacamos que este debate, que emergiu com força em países de forte civilização indígena na América, não dá a mesma importância a temas

fundamentais para compreensão da nossa enorme desigualdade social como o da escravidão.

O conceito de território foi adjetivado com as propostas de território usado, território utilizado, território-enclave, território-rede, território[s] do cotidiano e território multidimensional. Já a noção de territorialidade também foi ampliada para territorialidades flexíveis e desdobrada em multiterritorialidade, transterritorialidade e interterritorialidade. Enquanto os processos de territorialização tiveram dois desdobramentos importantes: desterritorialização e reterritorialização³⁶.

Finalmente fica a questão: esse longo e enorme debate acadêmico teve e terá algum impacto nas realidades locais, regionais ou mundiais?

Notas

- 1 Não serão tratados autores de outras disciplinas tendo em vista que tratar de outras perspectivas disciplinares tornaria o texto muito longo. Não poderemos deixar de citar, entretanto, o livro *Territory a short introduction* (2005), com 165 páginas, de autoria de David Delaney, que trata do conceito de território na perspectiva do Direito, dedicando 42 páginas à análise da questão da Palestina.
- 2 Tradução livre de: “*Histoire*”, que seria “un récit” e uma “*description selon le temps*”, e a “*Géographie*”, que seria uma “*description selon l’espace*” (p. 69).
- 3 Tradução livre de: “*Forces de l’État. Valeur du territoire (et de ses productions)*”, seguida por “*Rapport de la population à l’étendue du territoire*”.
- 4 Tradução livre de: “1. **Région du Caucase** [...]” (1811, III, p. 27). Quando ele comentou a Índia aparece a menção de “*Trop grande extension du territoire*” (1813, IV, p. 159). Nos volumes sobre a Europa, foi destacado um “*Tableau des Régions physiques d’Europe*” (1826, VI, p. 67). A Península hispânica foi tratada como “*cette vaste contrée*” (1819, VIII, p. 1-2); a França foi dividida “*en cinq régions*” (p. 225 e 855), enquanto as Províncias holandesas apareceram como “*divisions territoriales*” (p. 820) e ainda foi mencionado o “*territoire d’Anvers*”.
- 5 Tradução livre de: “*Influence de la peinture de paysage sur l’étude de la Nature*” (II, p. 85); ou “*On trouve [...] dans l’intérieur de l’Inde une vaste étendue de territoire habité par des populations [...]*” (II, p. 193); ou ainda “*La période des découvertes dans les espaces terrestres [...]*” (II, p. 347”).
- 6 Tradução livre de: “[...] *le point de vue humain [...] il affecte le rapport de la nature à l’histoire, de la patrie au peuple et surtout de l’individu à l’univers*” (1974, p. 41).
- 7 Tradução livre de: “*Les sciences géographiques traitent essentiellement de l’espace, dans la mesure où il s’agit d’espace terrestre*” (p. 132).
- 8 Tradução livre de: “*La Guyane est un pays de transition [...]*” (1894, p. 37). Quanto ao Brasil, ele comentou a “*possession d’un territoire*” (p. 97); destacando, a seguir, “*le Brésil parmi les pays à civilisation européenne*” (p. 172); e, mais importante: “*le Brésil se divise naturellement en grandes régions distinctes*”.
- 9 1. “*Amazonie*”, composta pelos dois grandes estados [AM; PA]; 2. “*Versant do Tocantins*”, com apenas o estado de Goiás; 3. “*Cote equatoriale*”, formada por sete estados [MA; PI; CE;

- RN; PB; PE e AL]; 4. “Bassin du Rio de São Francisco et versant oriental des plateaux”, com quatro estados [MG, BA, SE, ES]; 5. “Bassin du Parahyba do Sul”, com apenas o estado do Rio de Janeiro e o município da Corte; 6. “Versant du Paraná et contre-versant oceanique”, com três estados [SP, PN, SC]; 7. “Versant de l’Uruguay et litoral adjacente” com apenas o estado de São Pedro do Rio Grande do Sul; e 8. “Paraguay”, com apenas o estado de Mato Grosso.
- 10 Tradução livre de: “[...] *la moitié de cette vaste région* [...]” (p. 251); sobre a 6ª divisão, mencionou uma “[...] *région naturelle*” (p. 335); e apresentou um mapa do “*Territoire disputé entre le Brésil et l’Argentine*” (p. 359). Finalmente, sobre a 8ª divisão, ele a denominou “*Région* du Matto Grosso”.
 - 11 Tradução livre de: “*étudier l’Homme dans la succession des âges comme je l’avais observé dans les diverses contrées* du globe [...]”.
 - 12 Tradução livre de: O primeiro livro é intitulado “Les ancêtres”; o 2º “Histoire ancienne”; o 3º “Histoire moderne” e o 4º “Histoire contemporaine”.
 - 13 Ainda na tradução parcial do livro *Antropogeographie* encontramos as palavras “bom mercado” (p. 99), que deveriam ter sido traduzidas por “barato” [!]. Na tradução italiana do livro *Völkerkunde [Le razze umane]*, a frase “O Estado no seu conjunto não se identifica com seu território” (p. 147), foi traduzida para o inglês como “*area when its covers*” no *The History of Mankind* (1896, p. 136).
 - 14 Tradução livre de: “*L’Etat: organisation politique du sol*” (1987, p. 61), e reforçou a seguir: “*La seule base de l’unité de l’Etat est le sol*” (p. 65). No capítulo 2º o autor tratou “*Le développement de la politique territoriale*”, considerando sinônimos a “*politique territoriale ou géographi-que*” (p. 75). No capítulo 7º tratou do “*Territoire étatique et territoire naturelle. Division et structure*” (p. 105), quando afirmou que “*Le développement d’un Etat, c’est son épanouissement dans un cadre géographique donné*”, e, em seguida “*Un état dotée d’une nature particulière par un territoire dans lequel il s’inscrit* [...]” (p. 107). Finalmente o autor definiu que a Geografia Política “*étudie la répartition politique des espaces a chaque période de l’Histoire* [...]” (p. 146).
 - 15 A tradução foi informada em nota de rodapé: “o termo ‘sol’, traduzido neste título por ‘território’, será utilizado ao longo do texto ora como solo, ora como terreno e, mais raramente, como território, neste caso aparecendo sempre entre parênteses a expressão original ‘sol’” (2012, p. 203).
 - 16 Tradução livre de: “*De l’interprétation géographique des paysages*” (1908); “*Régions françaises*” (1910); “*La relativité des divisions régionales*” (1911); e “*Les genres de vie dans la Géographie Humaine* [...]” (1911).
 - 17 Tradução livre de: “*L’histoire d’un peuple est inséparable de la contrée qu’il habite*”; “*Les rapports entre le sol et l’homme* [...]” (p. 15); “[...] *sur ce territoire que appelons la France*” (p. 19); “[...] *élevé à l’état de contrée politique* [...]” (p. 21); “*La Beauce comme type de pays géographique. La Bauce n’est donc pas une circonscription territoriale*” (p. 221); “*L’ensemble de la région rhénane*” (p. 274).
 - 18 Tradução livre de: (“*Earth*” or “*land*”) + torium (“*belonging to*”) ou “*surrounding*” (p. 16). O autor também definiu inicialmente o conceito de “*Territory*” “*To the geographer, it is the portion of space closed by boundary lines* [...]” (p. ix). Ele também considerou o “*Territory*” “*as a portion of space defined by a system of laws and a Unity of government*”.
 - 19 Tradução livre de: “*the space or territory* (Raum), *the location* (Lage), and [...] *the ‘sense of space’* (Raumsinn)” (p. 105).
 - 20 No artigo “Revelações do território globalizado”, de 16/07/2000, o território passa pela polêmica afirmação de que ele é “*visto como palco, mas também como um figurante, sociedade e território sendo simultaneamente ator e objeto da ação*” (p. 100).
 - 21 No texto coletivo “O papel ativo da geografia: um manifesto”, que contou com participação de Milton Santos, está registrado que “*propusemos considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como território usado* [...]” (In: BRANDÃO, 2004, p. 255).

- 22 Tradução livre de: “**Territories**” (no plural) “are socially constructed forms of spatial relations and their effects depend on who is controlling whom and for what propose” (p. 216) e “Territoires require constant effort to establish and maintain” (p. 19). Já “**territoriality**” aparece com quatro definições ao longo do livro: (1) “Territoriality will be defined as the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographical area. This area will be called the territory” (p. 19); (2) “Territoriality is a strategy to establish different degrees of access to people, things and relationships” (p. 20); (3) “Territoriality is the primary spatial form power takes” (p. 26) e (4) “Territoriality must provide a form of classification by area, a form of communication by boundary, and a form of enforcement and control” (p. 28).
- 23 Quando cita J. Lévy, J. Baudrillard e F. Guattari.
- 24 Neste caso cita apenas J. Lévy.
- 25 Tradução livre de: “*du bassin de vie, de la microrégion rural jusqu’à l’espace régional des Pays de l’Adour*” (p. 13).
- 26 Tradução livre de: “**territoires du quotidien**” seriam “*une approche de géographie sociale*” (p. 49).
- 27 Tradução livre de: “**territoire**” [...] “*réunit les deux notions d’espace social et d’espace vécu*”.
- 28 Tradução livre de: (1) “*Il décrit [...] l’insertion de chaque sujet dans un groupe (l’identité collective)*”; (2) *Le territoire traduit un mode de découpage et de contrôle de l’espace [...] (dimension politique)*; (3) *Il constitue [...] un remarquable champ symbolique*; e (4) *L’importance du temps longs, de l’histoire: en matière de construction symbolique des territoires*” (p. 38-39)
- 29 Tradução livre de: “*Territoire multidimensionnel*”.
- 30 Tradução livre de: “(1) *dans l’ordre de la matérialité, de la réalité concrète de cette terre [...]*; (2) *de la psyché individuelle*; e (3) *de l’ordre des représentations collectives, sociales et culturelles*” (p. 39).
- 31 Quando cita H. Lefebvre.
- 32 Deleuze e Guattari, em seu livro, *L’Anti-Oedipe*, de 1972, estenderam os conceitos a outros sentidos como na frase “*nossos amores são complexos de desterritorialização e reterritorialização*” (2005, p. 377). Mais uma vez, na obra seguinte, *Mille Plateaux*, de 1980, Deleuze e Guattari afastam-se bastante da Geografia, na utilização desses conceitos, como no exemplo: “*o livro assume a desterritorialização do mundo [...]*” (2004, p. 18). Traduções livres de: “*nos amours sont des complexes de déterritorialisation et re-territorialisation*” (2005, p. 377) e “*le livre assume la déterritorialisation du monde [...]*” (2004, p. 18).
- 33 Porém, em seguida, dando exemplo da destruição de Cartago pelos romanos, o autor afirma que “*Os territórios podem ser varridos do mapa*” (p. 98).
- 34 A palavra inglesa “Country” teve a sua origem identificada no dicionário editado por William Morris em 1975: [do inglês medieval *cuntree*, *contre*, do antigo francês *contree*, do latim medieval (terra) *contrata* [...]]” (p. 304). Tradução livre de: “[*Middle English cuntree, contre, from Old French contree, from Medieval Latin (terra) contrata [...]*]” (p. 304).
- 35 Outra diferença importante estaria no sentido do conceito “**place**” [lugar], em inglês, que segundo Staszak (2001, p. 253), corresponderia a várias escalas, enquanto o seu equivalente francês, “**lieu**” [lugar], só teria relação ao contexto local. Ele sugeriu que a melhor tradução da palavra inglesa “**place**” seria a francesa “**territoire**” [território].
- 36 Temos também os desdobramentos de conceitos como o de **território** (visto como forma), em **territorialidade** (visto como função) e **territorialização** (visto como processo) (LIMA, 2009, p. 199, 168 e 170).

Referências

- BAILLY, A.; FERRAS, R. **Éléments d'épistémologie de la géographie**. Paris, A. Colin, 1997.
- BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 83-131.
- BRANDÃO, Maria A. (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- BRUNET, Roger; FERRAS, R.; THÉRY, H. **Les Mots de la géographie, dictionnaire critique**. Montpellier: Reclus; Paris: La Documentation Française, 1993, 3. ed. [1992].
- CLAVAL, Paul. L'évolution de quelques concepts de base de la géographie. Espace, milieu, région, paysage (1800-1990). In: STASZAC, Jean-François (Dir.). **Les discours du Geographe**. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 89-118.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995. p. 15-47.
- DELANEY, David. **Territory a short introduction**. Malden: Blackwell, 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **L'Anti-Oedipe**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2005 [1972].
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mille Plateaux**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2004 [1980].
- DI MEO, Guy (Dir.). **Les territoires du quotidien**. Paris: L'Harmattan, 1996.
- DI MEO, Guy. **Géographie sociale et territoires**. Paris: Nathan, 1998.
- EARLE, Carville; MATHEWSON, Kent; KENZER, Martin (Ed.). **Concepts in Human Geography**. Lanhan: Rowman & Littlefield Publishers, 1996.
- GOTTMANN, Jean. **The Significance of Territory**. Charlottesville: The Univ. Press of Virginia, 1973.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre redes e aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo, Contexto; Niterói: EdUFF, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. As armadilhas do território. In: SILVA, José Borzachiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org.). **Território**: modo de pensar e usar. Fortaleza: Edições UFC, 2016, p. 19-41.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). **Vidal, Vidais**: textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HUMBOLDT, Alexandre de. **Quadros da Natureza**. Rio de Janeiro: W. M. Jacson Inc., 1965, 2 v. [1808].

HUMBOLDT, Alexandre. **Cosmos**: Essai d’une description physique du Monde. Paris: L. Guérin, 1866, 4 t. [1845; 1847].

KANT, [Immanuel]. **Géographie Physique. Physische Geographie**. Paris: Aubier, 1999 [1802].

LATHAM, Alan; McCORMACK, Derek; McNAMARA, Kim; McNEIL, Donald. *Key Concepts in Urban Geography*. London: SAGE Publications, 2009

LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (Dir.). **Dictionnaire de la géographie et de l’espace des sociétés**. Paris: Editions Belin, 2003.

LIMA, Stéphanie. Le dépassement des territoires: bâtisseurs et passeurs d’espaces. In: VANIER, Martin (Dir.). **Territoires, territorialité, territorialisation**. Controverses et perspectives. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009. p. 167-173.

MALTE-BRUN, Conrad. **Précis de la Géographie Universelle**. Paris: Ed. Fr. Buisson, 1810 (I, II), 1811 (III); 1813 (IV); Ed. Volland le Jeune, 1821 (V); Ed. Aimé-André, 1826 (VI); 1828 (VII); 1829 (VIII).

MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990 [1882; 1914].

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MORRIS, William (Ed.). **The Heritage Illustrated Dictionary of the English Language**. Boston: American Heritage Pub.; Houghton Mifflin Co., 1975.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- RATZEL, Friedrich. **The History of Mankind**. 3 v., London: Macmillan, 1896 [1885-1888].
- RATZEL, Friedrich. **La Géographie politique**. Les concepts fondamentaux. Paris: Fayard, 1987 [1897].
- RECLUS, Elisée. **Nouvelle Géographie Universelle**. *La Terre et les Hommes*. Paris: Lib. Hachette et Cie., 19 v., 1876-1894.
- RECLUS, Elisée. **L'Homme et la Terre**. Paris: FB Editions, 4 v., s.l., s.d. [1905]
- RITTER, Carl. **Introduction a la Géographie générale comparée**. Paris: Les Belles Lettres; Annales Littéraires de l'Université de Besançon, 1974 [1818 ; 1833].
- SACK, Robert David. **Human Territoriality**. Its theory and history. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1986.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 15-20.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000a.
- SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000b.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Singularidades**: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-140.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambiente e territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

STASZAK, Jean-François et al. **Géographies anglo-saxonnes. Tendances contemporaines**. Paris: Belin, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. O rigor no uso das noções e conceitos na Geografia Urbana. **Cidades**, v. 6, n. 10, p. 341-357.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **O Universo Conceitual de Milton Santos**. Curitiba: Ed. CRV, 2020.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Tableau de la géographie de la France**. Paris: La Table Ronde, 1994 [1903].

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **La France de l'Est (Lorraine-Alsace)**. Paris: Armand Colin, 1917.

Recebido em 22/03/2024

Aceito em 07/06/2024